



**ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
DA LINHA ARMAMAR-RECAREI, A 400KV ENTRE P22
E P52 (ANTIGO 37) E DESVIOS DE LINHAS
ASSOCIADAS
(LAMEGO)**

**Descritor Património
Arqueológico e Arquitectónico**

FICHA TÉCNICA

Pesquisa: Alexandre Canha*
Trabalho de campo: Alexandre Canha, Vitor Dias*
Relatório: Alexandre Canha

* arqueólogo

Índice

Situação de Referencia

Introdução

Enquadramento

Metodologia

Identificação e caracterização dos elementos patrimoniais

Pesquisa documental

Trabalho de campo

Inventário patrimonial

Avaliação de Impactes e Medidas de Minimização

Avaliação de Impactes

Fase de Construção

Fase de Exploração

Fase de Desactivação

Medidas de Minimização

Medidas Genéricas

Medidas Específicas

Documentação Consultada

Fotos

Anexos

SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Introdução

O relatório agora apresentado reporta-se aos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental Linha Armamar-Recarei, a 400kV entre P22 e P52 (antigo 37) e Desvios de Linhas Associadas (doravante designada por LAMM.RR, a 400kV entre P22 e P52 e Desvios de Linhas Associadas) entre a Subestação de Armamar e a Subestação de Recarei (LAMM.RR). Esta linha foi alvo de EIA em 2010, contudo verificou-se a necessidade proceder à alteração do Troço 3 então estudado. Desta apresentam-se os resultados dos trabalhos realizados no novo Troço 3. O troço em apreço em alguns locais subdivide-se em três troços denominados 1, 2 e 3. O Troço 1 tem aproximadamente 1200 m. O Troço 2A tem aproximadamente 5000m. O Troço 2B tem um comprimento de 4300m. O Troço 3A apresenta um comprimento de 770m. O Troço 3B tem aproximadamente 800m. O Troço 3C tem cerca de 820m. Finalmente o Troço 4 tem um comprimento de aproximadamente 4300m.

No conjunto a linha apresenta um comprimento total de aproximadamente 17200m.

A área em estudo localiza-se exclusivamente no concelho de Lamego, freguesias de Valdigem, Figueira, Sande, Cambres, Ferreiros de Avões, Samodões e Penajóia, folhas 126, 127 e 137 e 138 da Carta Militar de Portugal.

Enquadramento

Como referido o projecto é composto por três troços que se subdividem da seguinte forma:

- Troço 1, tem um comprimento de aproximadamente 1200 m. Esta é composta por 7 apoios (AP 22/19 a AP28) com início na SE Valdigem e final a Leste da povoação de Valdigem.
- Troço 2A, tem um comprimento de aproximadamente 4300m e é composta por 9 apoios (AP 28 a 36A). Esta tem origem a Nascente de Valdigem e final a Norte de Souto Covo.
- Troço 2B, corresponde a um troço com aproximadamente 4300m e com 11 apoios (AP28 a AP 38B). Este inicia-se igualmente a Nascente de Valdigem e final a Norte de Souto Covo.
- Troço 3A tem um comprimento de cerca 770m e centra-se a Norte de Souto Covo e é composto por três apoios (36A, 37A e 40).
- Troço 3B, igualmente situado a Norte de Souto Covo tem um comprimento de cerca de 800m e é composto pelos apoios 38B, 39B e 40.
- O Troço 3C tem cerca de 820m e é constituído pelos apoios 38B, 39C e 40 e está também ele centrado a Norte de Souto Covo
- Troço 4, tem cerca de 4300m inicia-se a Poente de Souto Covo e termina a SSW da povoação de Samodões.

Neste projecto ainda se incluem 2 apoios que permitem a ligação da linha Valdigem-Carrapatelo 1 à Linha Valdigem-Vermoim 4, estes dois apoios coincidem quase integralmente com os apoios 18 e 19 da linha inicialmente estudada EIA Linha Armamar-Recarei que deu origem ao estudo agora em execução. Estes dois apoios, por se implantarem, na área previamente prospectada no âmbito da Linha Armamar-Recarei não foram prospectados.

A área de estudo caracteriza-se por essencialmente por uma área de orografia bastante homogénea com relevos sinuosos com pequenos cabeços e acentuadas encostas dedicadas essencialmente a vinha e pomares e pontualmente zonas de matos em pontos mais inacessíveis ou rochosos sobretudo as áreas graníticas (a área é composta por granitos a Poente e xistos a Nascente). A área é cortada por vales profundos onde correm algumas linhas de água destacando-se os rios Varosa e o Balsemão.

No que se refere ao registo de ocupação humana ao longo do tempo, trata-se de uma zona vinhateira em que os solos se apresentam muito intervencionados, no caso através da construção de socalcos artificiais. Por esta razão os vestígios arqueológicos são escassos para a Pré-história, período em que os vestígios arqueológicos são mais ténues e facilmente perecíveis, assim as surribas efectuadas na área terão feito desaparecer eventuais vestígios desta área, além disso trata-se de uma região com uma topografia irregular com uma altitude já com algum realce, pelo que durante na Pré-história a paisagem terá condicionado a ocupação humana, na área, preferindo as comunidades humanas ocupar outras zonas mais favoráveis ainda assim a zona de implantação do projecto apresenta um conjunto de ocorrências patrimoniais datáveis da Pré-história.

O povoamento nas margens e encosta direita do rio Douro, no concelho de Lamego, terá tido o seu início no Neolítico com a presença de monumentos megalíticos no rebordo superior da serra de Montemuro como é o caso da mamoa de Castanheira na freguesia de Avões ou as mamoas de Várzea e Couto, em Bigorne. A Idade do Bronze encontra fraca expressão na área e matiza-se na presença das gravuras de Fraga (Valdigem). Para um período posterior encontramos nas encostas baixas junto ao Douro alguns povoados da Idade do Ferro e Romanização como são: o castro de Penajóia e o povoado de Torrão (Cambres), que demonstram uma alteração da tendência de povoamento e de um modo de ocupação do território distinto. Para a romanização já existem evidências arqueológicas substanciais. A ocupação desta área no período romano já revela alguma densidade de vestígios e resulta de trabalhos arqueológicos recentes no âmbito de várias linhas e desvios associados à Subestação de Valdigem e Subestação de Armamar. Estamos em crer que a ocupação romana desta área se deve às condições climáticas favoráveis que já na romanização eram exploradas, eventualmente sendo a vinha a principal cultura agrícola. Apesar de vestígios de ampla diacronia, nesta área onde se implanta o projecto, as principais evidências de ocupação humana da região datam do período Moderno e Contemporâneo essencialmente associada à exploração vinícola, de que se destaca alguma arquitectura civil como quintas, arquitectura religiosa traduzida em inúmeras capelas na área. Também associados, surgem os marcos pombalinos de delimitação do Douro Vinhateiro cuja importância se reflectiu na sua classificação como Imóveis de Interesse Público.

Metodologia

Os trabalhos de caracterização dos elementos patrimoniais foram executados em duas fases distintas: uma de pesquisa documental e outra de trabalho de campo tendo ambas como base de orientação o **Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental de Infra-Estruturas da Rede Nacional de Transporte de Electricidade (Janeiro de 2008)**, elaborado pela REN, e na circular sobre a **Metodologia para a Caracterização do Património nos EIA de projectos de linhas** definido entre a REN e o ex-Instituto Português de Arqueologia (IPA).

Os trabalhos do património, observaram, assim, as seguintes linhas de trabalho de **Pesquisa Documental e Prospecção de Campo**.

No caso da Pesquisa Documental nesta fase fez-se uma cuidada pesquisa documentação bibliográfica de forma averiguar a existência de ocorrências de interesse patrimonial constantes na “área de incidência” projecto. As principais fontes documentais consultadas foram:

- Bibliografia especializada;
- Base de dados SIG do ex-IPA;

- Base de dados on-line do ex-IPPAR;
- Base de dados on-line da ex-DGEMN;
- Cartografia variada;
- EIAs e projectos de investigação sobre a área;
- Plano Director Municipal.

Na fase de Pesquisa Documental efectuou-se a definição da área de estudo (AE), área de incidência indirecta (AII) e área de incidência directa (AID).

- A **AE** segundo o **Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental de Infra-Estruturas da Rede Nacional de Transporte de Electricidade (Janeiro 2008)** deverá ter uma dimensão adequada para conter uma representação significativa dos condicionalismos territoriais e ambientais e a largura variável deve permitir o estudo de diversas alternativas de corredor no seu interior. Nesta área serão implantadas a AII e AID. A AE considerada corresponde à área de estudo definida na Fase 1 do EIA.
- A **AII** é aquela passível de ser afectada no decorrer da implementação do projecto e que no caso corresponde a um corredor de 400m largura centrado no eixo da linha, esta área corresponde à Área de Estudo considerada no presente EIA.
- Finalmente a **AID** consiste num corredor com 100m de largura, limitado por duas rectas paralelas distanciadas 50m do eixo do traçado e todas as áreas funcionais e infra-estruturas associadas ao projecto (áreas de empréstimo, áreas de depósito, estaleiros ou outras), caso as mesmas sejam conhecidas nesta fase.

Quanto à Prospecção de campo esta corresponde a prospecção sistemática, sempre que as condições do terreno o permitiram, na área de incidência directa da linha (corredor 100m), com vista à identificação de ocorrências de interesse patrimonial inéditas na zona de implantação do projecto. Quanto a realocações estas incidiram sobre todas as ocorrências identificadas na pesquisa documental situadas na AII da linha (corredor de 400m)

Identificação e caracterização dos Elementos Patrimoniais

Para a realização do inventário patrimonial foram tidos em consideração os elementos patrimoniais integráveis na categoria de património cultural segundo a legislação em vigor. Assim subdividiram-se os elementos patrimoniais em 3 categorias distintas:

- **Património Arquitectónico** – Corresponde a edificações com valor patrimonial e histórico-cultural, com ou sem especial valor arquitectónico e com alguma especificidade, raridade, marcado regionalismo, que merecem ser destacadas da arquitectura comum (casas de habitação, casais rurais, arquitectura popular, religiosa e civil, pública e privada);
- **Património Etnográfico** – Tratam-se de elementos patrimoniais sem um valor patrimonial histórico-cultural relevante, mas que são caracterizadores de uma vivência regional sendo caracterizadora desta (fontes, estruturas de apoio a actividades agrícolas e pastoris, vias, levadas, zonas extractivas);
- **Património Arqueológico** – Enquadram-se aqui a categoria de bens móveis e imóveis que pela sua natureza se inscrevem na alínea 2 do artigo 74 da Lei de Bases do Património Cultural, “O património arqueológico integra depósitos estratificados,

estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental”

Na classificação tipológica seguiu-se genericamente a classificação constante no *Thesaurus* da base de dados *Endovelico* do IGESPAR. Para as ocorrências não referidas na tipologia optou-se por utilizar a designação corrente, sempre que possível utilizando o termo regional.

Na valorização patrimonial optou-se por utilizar uma versão muito modificada e simplificada dos critérios de inventariação de bens patrimoniais (artigo 17 da Lei de Bases do Património Cultural), esta opção deve-se ao facto de muitas ocorrências, sobretudo etnográficas não se enquadrarem completamente nesses critérios. Assim definiu-se uma valoração de 0 a 5:

- **Elevado (5):** Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional.
- **Médio-elevado (4):** Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitectónica) não classificada, de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional.
- **Médio (3), Médio-baixo (2), Baixo (1):** Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitectónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local.
- **Nulo (0):** As fontes de informação indiciam uma ocorrência de interesse patrimonial que se verifica ter sido totalmente destruída.
- **Indeterminado:** Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da ocorrência (interior e exterior no caso das construções).

Pesquisa Documental

A pesquisa documental foi efectuada na Fase 1 do EIA (aquando da elaboração do Estudo das Grandes Condicionantes Ambientais) tendo-se procedido ao levantamento das ocorrências identificadas na Área de Estudo então considerada.

Para a inventariação das ocorrências patrimoniais, procedeu-se à consulta, e respectiva triagem, da principal bibliografia arqueológica disponível para os concelhos atravessados pela linha, bem como de instrumentos de planeamento no caso os Planos Directores Municipais.

Foram, ainda, consultadas a base de dados *Endovelico* e da base de dados *on-line* de património classificado do IGESPAR e ainda da base de dados *on-line* monumentos do IHRU.

No decorrer da pesquisa documental identificaram-se, 35 pré-existências patrimoniais, das quais 5 são de cariz arqueológico, 25 arquitectónicas e 5 são de cariz etnográfico localizadas no interior da área de estudo ou sua envolvente próxima 200m. Este critério de inventariação de ocorrências até 200m para lá da **AE** explica-se pelo facto de nessa fase não se ter efectuado trabalho de campo e as referências obtidas relativamente a sítios apresentarem, em quase todos os casos, apenas um ponto central sem qualquer área

de dispersão de material (caso exista), pelo que desconhecemos a dimensão do sítio e mesmo a sua correcta localização.

Quadro 1 – SÍNTESE DAS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS EM PESQUISA DOCUMENTAL NA ÁREA DE ESTUDO

Ref EIA	Corresp. com EIA anterior	Designação	Concelho	Freguesia	Tipologia	Cronologia	Protecção	Fonte de Informação	AID	All
Ocorrências identificadas no EIA da LAMM.RR, a 400 kV e que ocorrem na área de estudo considerada para o projecto										
1	12	Fraga	Lamego	Valdigem	Arte rupestre	Idade do Bronze	Não	CMP	--	
2	15	Varandas	Lamego	Ferreiros Avões	Capela	Moderno Contemporâneo (?)	Não	CMP	--	--
3	16	Sra. da Conceição	Lamego	Cambres	Capela	séc. XVII-XVIII-XIX	Não	DGEMN	--	--
4	17	Cimo da Vila	Lamego	Valdigem	Capela	Moderno Contemporâneo (?)	Não	CMP	--	--
5	18	Casa das Brolhas	Lamego	Valdigem	Arquitectura civil	Séc. XVII-XVIII	IIP Decreto n.º 129/77, DR n.º 226, de 29-09-1977	DGEMN/IPPAR	--	--
6	19	Quinta Sto. António	Lamego	Valdigem	Marco Pombalino	Moderno	IIP Decreto n.º 35 909, DG n.º 236, de 17-10-1946	DGEMN/IPPAR	--	--
7	20	Quinta Raposeira	Lamego	Valdigem	Arquitectura Civil	Século XIX-XX	Não	CMP	--	--
8	21	Lugar do Barreiro	Lamego	Valdigem	Marco Pombalino	Século XVIII	IIP Decreto n.º 35 909, DG n.º 236, de 17-10-1946	Museu do Douro	--	--
9	22	S. Miguel	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Século XVII	Não	CMP	--	--
10	23	Capela	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
11	24	Capela	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
12	25	S. Sebastião	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
13	26	Capela	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
14	27	Capela de S. Pedro	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Século XVIII	Não	DGEMN	--	--
15	28	Matriz de Cambres	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Século XVIII	IIC	DGEMN	--	--
16	29	Capela	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Moderno/ Contemporâneo	IIC	CMP	--	--

Ref EIA	Corresp. com EIA anterior	Designação	Concelho	Freguesia	Tipologia	Cronologia	Protecção	Fonte de Informação	AID	All
17	30	Capela de S. Brás	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Século XVIII	Não	DGEMN	--	--
18	31	Capela S. Lourenço	Lamego	Cambres	Arquitectura religiosa	Século XVII (?)	Não	CMP	--	--
19	209	Sampaio	Lamego	Samodães	Habitat	Pré-história	Não	EIA LAT Valdigem 4/5		--
20	237	Quinta da Raposeira	Lamego	Valdigem	Habitat	Romano	Não	EIA	-	--
Ocorrências identificadas no âmbito do presente EIA										
21		S. João	Lamego	Ferreiros Avões	Capela	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
22		Sta. Luzia	Lamego	Sande	Capela	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	
23		Sta. Comba	Lamego	Almacave	Capela (?)	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
24		Cairrão	Lamego	Figueira	Capela	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
25		Matriz	Lamego	Parada Bispo	Igreja Matriz	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
26		S. Domingos (Povoado/capela)	Armamar	Fontelo	Povoado Fortificado	Idade do Ferro	Não	Endovélico	--	--
27		S. Domingos (capela de St. ^a Catarina)	Armamar	Fontelo	Capela	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
28		S. Domingos (Cruzeiro)	Armamar	Fontelo	Cruzeiro	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
29		Santa Marinha	Armamar	Fontelo	Capela	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
30		Quinta da Tapada	Lamego	Valdigem	Habitat	Romano	Não	EIA	--	--
31		S. Pedro Balsemão	Lamego	Lamego	Capela	Medieval	MN Decreto n.º 7 586, DG n.º 138, de 08-07-1921	IGESPAR	--	--
32		Souto Covo	Lamego	Almacave	Capela	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	
33		N. Sra. Conceição	Lamego	Valdigem	Capela	Moderno/ Contemporâneo	Não	CMP	--	--
34		Alto Douro Vinhateiro e Zona Especial de Protecção	Vários	Várias	Paisagem Cultural	Moderno/ Contemporâneo	MN e ZEP - Aviso n.º 15170/2010 DR, 2ª série - N.º 147, de 30 de Julho de 2010	IGESPAR	Só para a ZEP	Só para a ZEP

Ref EIA	Corresp. com EIA anterior	Designação	Concelho	Freguesia	Tipologia	Cronologia	Protecção	Fonte de Informação	AID	All
35		Moinho do Monte de S. Domingos	Armamar	Fontelo	Moinho	Moderno/ Contemporâneo	Não	CM Armamar	--	--

Realça-se que das ocorrências identificadas no presente EIA, 20 delas já tinham sido identificadas na pesquisa documental realizada no âmbito do EIA da LAMM.RR a 400kV (razão pela qual as mesmas são referenciadas no presente estudo com o mesmo número que lhes tinha sido atribuído no EIA da LAMM.RR, a 400 kV) e que 15 ocorrências correspondem a novas ocorrências, detectadas na elaboração do presente EIA.

De uma forma geral, da totalidade das ocorrências identificadas, três delas (ocorrências 5, 6 e 8 do EIA) encontram-se classificadas como Imóveis de Interesse Público (IIP) e duas delas (ocorrência 31 e ocorrência 34 do EIA) encontram-se classificadas como Monumento Nacional (MN). As ocorrências 15 e 16 do EIA estão descritas no PDM de Lamego como Imóveis de Interesse Concelhio (IIC). Nenhuma das ocorrências patrimoniais classificadas anteriormente descritas se encontra englobada nos corredores em estudo para a implantação da linha.

A ocorrência **34 - Alto Douro Vinhateiro** - que se encontra classificada como Património Mundial da UNESCO desde Dezembro de 2001, reúne o conjunto mais significativo de valores paisagísticos e culturais da Região Demarcada do Douro, correspondendo a uma área de cerca de 26.000ha. No capítulo do ordenamento do território apresenta-se uma descrição da sua inserção em Plano de Ordenamento. Ao abrigo do artigo 15, nº7 da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural), por ter sido inscrito na Lista de Património Mundial da Unesco, o Alto Douro Vinhateiro é considerado como Monumento Nacional (MN) e está, também, por esta via sujeito aos condicionalismos estabelecidos na lei.

Tendo em consideração que em 2001 a região vinhateira do Alto Douro foi considerada como Património Mundial da UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural (estando assim classificada como Monumento Nacional) e dando cumprimento ao disposto no diploma legal supra-mencionado foi criada a **Zona Especial de Protecção (ZEP) do Alto Douro Vinhateiro** através do Aviso n.º 15170/2010 do diário da República, 2ª série – N.º 147, de 30 de Julho de 2010, o qual, contudo, não concretiza qualquer medida de gestão.

O Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro estabelece “o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda” (artigo 1º). No que se refere ao regime da **Zona Especial de Protecção**, o diploma, vêm dar resposta “à principal crítica que se relaciona com as limitações instituídas pela servidão administrativa dos imóveis classificados e que não permitiam atender às especificidades de cada caso concreto.” Assim, de acordo com o disposto no artigo 43º “a zona especial de protecção têm a extensão e impõe as restrições adequadas em função da protecção e valorização do bem imóvel classificado, podendo especificar zonas non aedificandi, áreas de sensibilidade arqueológica com a graduação das restrições, bens imóveis, ou grupos de bens imóveis”, entre outros. Importa ainda destacar o disposto no artigo 72.º o qual refere que “a inclusão de um bem imóvel na lista do património mundial determina officiosamente a abertura de procedimento de classificação, no grau de interesse nacional, e de fixação da respectiva zona especial de protecção. A zona tampão de bem imóvel incluído na lista do património mundial corresponde, para todos os efeitos, a uma zona especial de protecção”.

Na Figura 1 apresentam-se, além dos limites da região do Alto Douro Vinhateiro, os limites da Zona Especial de Protecção (ZEP) do Alto Douro Vinhateiro (que foi se engloba igualmente na ocorrência 34), constatando-se que a área de estudo se insere, na sua totalidade, na ZEP do Alto Douro Vinhateiro.

Deste conjunto de 35 ocorrências que foram identificadas no interior da área de estudo alargada, apenas 4 ocorrências se situam no interior da Área de Incidência Indirecta (AII) da LAMM.RR, a 400 kV (correspondente a um corredor de 400m centrado no traçado da linha), são elas a número 1, 22 e 32 e 34 ZEP do Alto Douro Vinhateiro. Destas ocorrências, no trabalho de campo, não foi possível relocar a

ocorrência número 12, o local foi cuidadosamente observado, não tendo sido possível identificar esta ocorrência, estando muito provavelmente oculta pela vegetação.

Refere-se, ainda, que a ocorrência 19 da Pesquisa Documental se encontra próximo de um apoio da LVG.CL1, a 220 kV (incluída nos Desvios de Linhas Associadas), correspondendo ao apoio P17. Como se trata de um apoio existente, que não será intervencionado no âmbito do presente projecto, não haverá a considerar quaisquer impactes sobre esta ocorrência, pelo que a mesma não foi alvo de realocização.

Trabalho de campo

O trabalho de campo consistiu numa prospeccção sistemática, sempre que as condições de coberto vegetal o permitiram, da área de incidência da linha (corredor de 100m e envolvente de 50m em torno dos apoios), dado que nesta fase não se conhecem outras infra-estruturas associadas ao projecto (essencialmente estaleiros e acessos) estas não foram alvo de qualquer tipo de trabalho de campo ou de avaliação de impactes.

Os trabalhos de prospeccção decorreram em vários dias tendo condições meteorológicas para a prática da prospeccção sido geralmente boas.

No **Anexo I** caracteriza-se a “paisagem” e condições de visibilidade dos vários troços estudados.

Inventário patrimonial

No decorrer do trabalho de campo foram tidas em consideração as ocorrências identificadas na fase de pesquisa documental com vista à sua realocização, situadas no interior da área de incidência indirecta no traçado da linha nos vários troços. Assim foram avo de realocização ou tentativa de realocização as ocorrências 1, 22 (TC6) e 32 (TC8), uma vez que eram aquelas que se situavam na All e dessa forma avaliar a possibilidade de ocorrerem eventuais impactes decorrentes da implantação da linha

Como já referido nos trabalhos de realocização destas ocorrências não foi possível realocar a ocorrência 1, devido ao coberto vegetal que se verifica no local.

Para além das restantes duas ocorrências realocizadas no decorrer do trabalho de campo (que receberam os números 6 e 8), foi possível identificar 7 novas ocorrências patrimoniais (ocorrências TC1, TC2, TC3, TC4, TC5, TC7 e TC9).

A ocorrência TC 1 corresponde a uma estrutura de apoio a actividades agrícolas.

A ocorrência TC 2 corresponde a dois marcos um deles de cronologia muito recente que delimita as linha de fronteira entre as freguesias de Valdigem e Figueira, o segundo marco de características um pouco mais antigas poderá corresponder igualmente a um marco administrativo mais antigo ou a um marco de propriedade.

No caso da ocorrência TC 3 esta corresponde a um sítio de cronologia romana e /ou tardo-romana ou mesmo alto-medieval, tendo-se no local observado abundantes fragmentos cerâmicos de construção (tégula e imbrex), embora não se tenha identificado cerâmica doméstica, pelo que se coloca a possibilidade de estarmos perante uma necrópole ou um *tellurium* associado a actividades agrícolas.

A ocorrência TC 4 corresponde a um sítio de cronologia romana e/ou tardo-romana ou mesmo alto-medieval, tendo-se no local observado abundantes fragmentos cerâmicos de construção no caso tégula.

A ocorrência TC 5 corresponde a uma estrutura de apoio a actividades agrícolas.

A ocorrência TC 7 é uma antiga casa de quinta, actualmente em avançado estado de degradação.

A ocorrência TC 9 corresponde a uma mina de água, aparentemente utilizada como abrigo.

Por toda a área, observam-se alguns muros de diferentes tipologias, que em todos os casos são elementos caracterizadores de uma paisagem e arquitectura rural de características com algum vinco regional, nalguns casos, em abandono. Estes apesar de não terem sido considerados como ocorrências patrimoniais deverão ser tidos em consideração na fase de execução.

Quadro 2 – SÍNTESE DAS OCORRÊNCIAS PATRIMONIAIS IDENTIFICADAS EM TRABALHO DE CAMPO

N.º	Topónimo	Tipologia	Cronologia	Valor Patrimonial
Troço 2A				
TC1	Valdigem	Palheiro	Moderno/Contemporâneo	Baixo (1)
Troço 2B				
TC2	Cairrão	Marco	Moderno/Contemporâneo	Baixo (1)
TC3	Figueira	Habitat	Romano	Médio-Elevado (4)
TC4	Quinta da Médica	Habitat	Romano	Médio-Elevado (4)
Troço 2B + Troço 3B + Troço 3C				
TC5	Souto Covo	Palheiro	Moderno/Contemporâneo	Baixo (1)
Troço 3A				
TC6	Santa Luzia	Capela	Moderno/Contemporâneo	Médio (3)
Troço 3C				
TC7	Quinta de Sequeiros	Casa de Quinta	Moderno/Contemporâneo	Médio-Baixo (2)
TC8	Igreja de Souto Covo	Igreja	Contemporâneo	Baixo (1)
Troço 4				
TC9	Mesquinhata	Mina/Abrigo	Indeterminada	Baixo (1)

Localização de zonas com potencial interesse arqueológico

Como é sabido uma preciosa ferramenta de trabalho da prospecção arqueológica é o estudo toponímico uma vez que esta dá indicadores muito interessantes de potenciais sítios arqueológicos. Na análise toponímica realizada aos topónimos referidos no interior da área de incidência do projecto (corredor de 100m), destaca-se o topónimo *Pé da Levada* que poderá corresponder a uma zona de captação de água posteriormente direccionada para campos agrícolas, ou menos provavelmente, para uma azenha. Na prospecção efectuada não se identificou qualquer estrutura desta natureza.

Síntese

Os trabalhos em fase de trabalho de campo permitiram a realocização de duas ocorrências patrimoniais e a identificação de sete novas ocorrências patrimoniais.

O Troço 1 não revela qualquer ocorrência patrimonial. No Troço 2A regista-se a presença de duas ocorrências, no caso a TC1 e TC6 sendo que esta última corresponde à realocização da ocorrência PD22. No Troço 2B encontram-se as ocorrências TC3, TC4 e TC5, destacando-se as duas primeiras devido à sua natureza arqueológica. Nos Troços 3A e 3B não se identificaram ocorrências. Já no Troço 3C regista-se a presença das ocorrências TC7 e TC8, sendo que a última corresponde à realocização da ocorrência PD32. Finalmente no Troço 4 regista-se uma ocorrência patrimonial, no caso a TC8.

Ao nível do património classificado não se regista a presença de qualquer monumento ou sítio na AID nem mesmo na AII. Contudo convém salientar o facto de toda a área de implantação da linha em estudo encontrar-se integralmente no interior da ZEP do Alto Douro Vinhateiro.

AVALIAÇÃO DE IMPACTES E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Das nove ocorrências inventariadas no decorrer do trabalho de campo, duas delas correspondem a realocizações (ocorrências 6TC e 8TC), e as restantes sete ocorrências correspondem a novos sítios.

Fase de construção

De uma forma geral considerou-se que a implantação da linha será susceptível de implicar impactes negativos sobre os elementos patrimoniais, essencialmente durante a fase de construção, altura em que poderá ocorrer a afectação, e onde se poderão aplicar as medidas de minimização preconizadas. Durante a fase de exploração não é expectável a ocorrência de impactes significativos.

Para efeito de avaliação de impactes considerou-se alvo de afectação directa todas as ocorrências localizadas a menos de 50m de qualquer apoio (tendo em atenção áreas de depósito temporário, o deslocamento de maquinaria como retroescavadoras, gruas e outras). Como alvo de afectação indirecta estão todas as ocorrências localizadas entre 50m e 100m. No caso das ocorrências localizadas entre 100 e 200m consideramos que estas não serão alvo de afectação relativamente à implantação de apoios, mas foram consideradas como potencialmente alvo de impactes relacionados com eventuais abertura/alargamento de acessos, implantação estaleiros, etc., que nesta fase não estão definidos, neste caso considerámos esses impactes como indeterminados.

A construção da linha comporta impactes significativos sobre o solo através das seguintes acções: desmatção, abertura de caboucos, construção/beneficiação de acessos, instalação de estaleiros e outros depósitos (montagem de postes).

Das infra-estruturas necessárias para a implantação da linha, conhecemos apenas a localização dos postes, a localização das restantes é desconhecida, pelo que, a avaliação de impactes se afigura naturalmente limitada. Neste contexto são propostas medidas de minimização genéricas aplicáveis à instalação de estaleiros e abertura/alargamento de acessos que incidem, essencialmente, sobre a necessidade de

prospecção prévia e de acompanhamento na fase de desmatção e construção, uma vez conhecidas as localizações desses elementos.

Quanto à ocorrência 1 esta situa-se na AID do AP 31A, mais precisamente a cerca de 35 m do apoio, pelo que são previsíveis impactes directos, negativos de significância e magnitude reduzida (tendo em conta a natureza e valor patrimonial da mesma) decorrentes da construção deste apoio sobre esta ocorrência. Quanto aos impactes decorrentes de outras infra-estruturas associadas e que nesta fase desconhecemos (acessos e estaleiros), eles afiguram-se indeterminados.

No caso da ocorrência 2, esta situa-se acerca de 25 m do apoio 31B, pelo que se antecipam impactes indirectos, negativos, ainda que de significância reduzida sobre estas ocorrências, tendo em conta a sua reduzida dimensão e limitado valor patrimonial. Estes são indeterminados relativamente a outras infra-estruturas (estaleiros e acessos) associadas ao projecto.

No que se refere à ocorrência 3, o limite da sua área de dispersão situa-se a cerca de 40m do apoio 33B, prevêem-se impactes directos, negativos, de magnitude reduzida e significância mediana, uma vez que se trata de um sítio com potencial arqueológico comprovado na quantidade de material disperso pela área.

A ocorrência 4 apresenta uma área de dispersão de material cujo seu limite se situa a cerca de 60m do apoio 36B, pelo que à semelhança da ocorrência anterior se prefiguram impactes directos, negativos e de significância mediana e magnitude reduzida.

A ocorrência 5 situa-se a cerca de 30m do apoio 38B, sendo expectáveis impactes directos e negativos ainda que de significância reduzida.

No que se refere à avaliação de impactes sobre as ocorrências patrimoniais 6 e 8 estas encontram-se mais de 100 m de qualquer apoio, pelo que não se prevêem impactes relacionados com a abertura de caboucos e trabalhos de implantação do apoio. Estes são indeterminados relativamente a outras infra-estruturas (estaleiros e acessos) associadas ao projecto.

A ocorrência 7 está a cerca de 10m do apoio 39C, prevendo-se a existência de impactes directos, negativos de significância e magnitude mediana.

Finalmente a ocorrência 9 esta a cerca de 25m do apoio 46 sendo possível a ocorrência de impactes directos, negativos ainda que magnitude e significância reduzida.

Fase de exploração

Com base nos dados actuais e salvo venham a surgir eventuais ocorrências patrimoniais na fase de construção, na fase de exploração não ocorrem de impactes significativos. A única ocorrência que poderá ser alvo de impactes nesta fase serão a 6 e 8 (Capelas de Souto Covo e Santa Luzia) e estes serão eventualmente o nível de impacte visual, que não será muito significativo. Relativamente a estas duas ocorrências há a salientar que a ocorrência 6 se localiza nas imediações de uma via, que se interpõe entre a ocorrência e a futura linha, e que a ocorrência 8 se localiza no interior de uma área urbana e urbanizável. Estes aspectos contribuem, certamente, para “diluir” a importância do impacte visual da linha sobre as mesmas.

Fase de desactivação

Não se prevê a ocorrência de impactes significativos sobre os elementos patrimoniais no decurso da fase de desactivação do projecto, desde que sejam seguidas as medidas de minimização específicas referenciadas para a fase de construção.

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Medidas genéricas

Apresentam-se seguidamente as medidas consideradas genéricas a implementar para minimizar eventuais impactes sobre as ocorrências patrimoniais. Assim como medidas gerais, recomenda-se:

- A **reprospecção** das áreas que se apresentavam com um coberto vegetal que impedia uma correcta observação do solo, sobretudo na zona dos apoios 28, 30A, 31B, 34A, 34B, 41, 47, 51 e 52.
- Uma vez que os apoios 37B, 40, 42, 43 e 49 não foram observados, por se encontrarem no interior de propriedades vedadas e não se ter obtido autorização dos proprietários para aceder ao local de implantação dos apoios, recomenda-se a **prospecção** dos mesmos na fase de construção.
- **Acompanhamento arqueológico** em permanência das acções com impacte no solo e que impliquem revolvimento ou remoção de terras (decapagens do solo até à rocha, escavação e outras), na área de implantação dos apoios ou outras zonas afectas à obra.
- Que o arqueólogo responsável pelo acompanhamento deverá ainda realizar **prospecção arqueológica** nas zonas destinadas a áreas funcionais da obra, caso estas não se integrem na área agora prospectada, cuja localização por ora desconhecemos. Este deverá preconizar e justificar (técnica e financeiramente), as medidas de minimização que se venham a revelar necessárias em virtude do surgimento de novos dados no decurso da obra e que visem proteger e/ou valorizar elementos de reconhecido interesse patrimonial.
- Um pouco por toda a área de incidência do projecto, ocorrem muros de divisão de propriedade em pedra seca. Recomenda-se o registo por amostragem tipológica e não mais que troços de 2 metros de comprimento, daqueles que venham a ser alvo de afectação directa pelo projecto (destruição ou descaracterização), pois estes são evidências de uma arquitectura rural em desaparecimento, sobrevivendo assim a memória das tipologias construtivas destas estruturas na região.
- As ocorrências identificadas deverão ser incluídas em planta de condicionantes da obra, quer na fase de construção, quer na fase de exploração.

Medidas específicas

Como medidas específicas recomenda-se:

- Para as ocorrências 1, 5 e 9 por se encontrarem na área de incidência directa (inferior a 50m) dos apoios 31A, 38B e 46 recomenda-se a sua sinalização, caso se afigure necessário efectuar a sua destruição deverá ser efectuado o seu registo prévio. No que se refere à construção de outras infra-estruturas associadas à construção da linha (acessos, estaleiros,

etc.), define-se a necessidade de sinalização caso qualquer frente de obra se situe a menos de 50m da ocorrência, bem como o seu registo caso seja necessário efectuar a sua destruição.

- Para a ocorrência 2, dado que se encontra a cerca de 25m do apoio mais próximo (AP31B) preconiza-se no âmbito da abertura de caboucos a sua sinalização e conservação. No que se refere à construção de outras infra-estruturas associadas à construção da linha (acessos, estaleiros, etc.), caso estas se localizem a menos de 50m da ocorrência esta deverá ser alvo de sinalização e conservação.
- No caso das ocorrências 3 e 4, pelo facto dos apoios mais próximos (33B e 36B) se encontrarem próximos da área de dispersão de material e tendo em conta a natureza arqueológica das ocorrências recomenda que a abertura de caboucos seja efectuada com recurso a decapagens mecânicas de 20 em 20 cm e crivagem das terras daí resultantes. No âmbito de outras infra-estruturas de projecto estas deverão ter um afastamento mínimo de 100m em relação ao limite da área de dispersão de material.
- No caso das ocorrências 6 e 8, pelo facto de se encontrarem a mais de 100m dos apoios mais próximos, não se prevêem impactes decorrentes da abertura de caboucos, pelo que não se preconizam medidas de minimização. Quanto a infra-estruturas associadas à construção da linha (acessos, estaleiros, etc.). Define-se a necessidade de registo, sinalização e conservação caso qualquer frente de obra se situe a menos de 50m das ocorrências.
- Para a ocorrência 7 dado que se encontra na área de incidência do apoio 39C, recomenda-se no âmbito da abertura de caboucos o seu registo e sinalização. Em caso de necessidade de destruição deverá ser efectuado previamente o Levantamento arquitectónico. As mesmas medidas deverão ser aplicadas relativamente a todas infra-estruturas de projecto situadas a menos de 50m ou que impliquem a destruição da ocorrência.

COMPARAÇÃO DE ALTERNATIVAS

Para a comparação de Alternativas, para além de se ter em consideração os potenciais impactes (visual e solo), tivemos ainda em conta outros factores de ponderação como o valor patrimonial da ocorrência, a dimensão da área da ocorrência, a categoria, o valor de conjunto e finalmente o número de ocorrências no corredor. Consideramos o número de ocorrências como o factor de decisão com menor peso pois um grande número de ocorrências, por si só, poderá não ser significativo se todas elas forem de baixo valor, quando comparadas com uma de valor elevado. Por exemplo, no caso específico do projecto em análise, consideraríamos preferível optar por um corredor com um grande número de abrigos comparativamente a outro que tenha uma só ocorrência que corresponda a um habitat Pré-histórico cuja área de dispersão de material ocorre numa grande área.

Quadro 3 – COMPARAÇÃO DE ALTERNATIVAS

Alternativa 2A	Nº	Designação	Categoria			Valor patrimonial					Área da ocorrência			Impacte Visual				Impacte no Solo				Valor de conjunto				Localização				
			Ar	Aq	Et	1	2	3	4	5	?	R >20m	M 20-50m	E <50m	N	R	M	E	N	R	M	E	N	R	M	E	AD	All		
			1	Valdigem																										
6	Santa Luzia																													
Total		2	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1
%		100	0,0	50,0	50,0	50,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0	50,0	50,0
Alternativa 2B	Nº	Designação	Categoria			Valor patrimonial					Área da ocorrência			Impacte Visual				Impacte no Solo				Valor de conjunto				Localização				
			Ar	Aq	Et	1	2	3	4	5	?	R >20m	M 20-50m	E <50m	N	R	M	E	N	R	M	E	N	R	M	E	AD	All		
			2	Cairrão																										
3	Figueira																													
4	Quinta da Médica																													
5	Souto Covo																													
Total		4	2	0	2	2	0	0	2	0	0	2	0	4	0	0	0	0	0	2	0	2	1	3	0	0	4	0		
%		100	50,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	20,0	50,0	25,0	75,0	0,0	0,0	100,0	0,0		
Alternativa 3A	Nº	Designação	Categoria			Valor patrimonial					Área da ocorrência			Impacte Visual				Impacte no Solo				Valor de conjunto				Localização				
			Ar	Aq	Et	1	2	3	4	5	?	R >20m	M 20-50m	E <50m	N	R	M	E	N	R	M	E	N	R	M	E	AD	All		
			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
%		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Alternativa 3B	Nº	Designação	Categoria			Valor patrimonial					Área da ocorrência			Impacte Visual				Impacte no Solo				Valor de conjunto				Localização				
			Ar	Aq	Et	1	2	3	4	5	?	R >20m	M 20-50m	E <50m	N	R	M	E	N	R	M	E	N	R	M	E	AD	All		
			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
%		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Alternativa 3C	Nº	Designação	Categoria			Valor patrimonial					Área da ocorrência			Impacte Visual				Impacte no Solo				Valor de conjunto				Localização				
			Ar	Aq	Et	1	2	3	4	5	?	R >20m	M 20-50m	E <50m	N	R	M	E	N	R	M	E	N	R	M	E	AD	All		
			7	Quinta de Sequeiros																										
8	Igreja de Souto Covo																													
Total		2	0	2	1	1	1	0	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	2	0	0	2	0	0	0	1	1			
%		100	0,0	100,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0			

Legenda

Categoria do património	Ar - Arquitectónico	Aq - Arqueológico	Et - Etnológico			
Valor Patrimonial	1 - Baixo	2 - Médio-Baixo	3 - Médio	4 - Médio-Elevado	5 - Elevado	? - Indeterm.
Área de ocorrência	R (<20m) - Reduzida	M (20-50m) - Média	E (>50m) - Elevada			
Impacte Visual	N - Nulo	R - Reduzido	M - Médio	E - Elevado		
Impacte no Solo	N - Nulo	R - Reduzido	M - Médio	E - Elevado		
Valor do Conjunto	N - Nulo	R - Reduzido	M - Médio	E - Elevado		
Localização	AID - Área de incidência directa	All - Área de incidência indirecta				

Da observação do quadro comparativo do Troço 2A e Troço 2B (linha a construir) destaca-se o reduzido número de ocorrências no Troço 2A (2 ocorrências), contra 4 no Troço 2B, sendo que uma delas (50%) encontra-se fora da área de afectação directa da linha. Na observação de quase todos os itens desde o número de ocorrências, a sua natureza, o valor patrimonial, os impactes no solo (sobretudo para as ocorrências 3 e 4), o troço 2A afigura-se claramente mais favorável que o troço 2B que apresenta mais impactes ao nível das ocorrências identificadas. Para reforçar a opção 2A regista-se o facto de este ter um menor número de apoios (9) contra 11 do troço 2B o que significa uma menor área de afectação de solo para implantação de apoios.

Quanto à comparação entre os Troços 3A, 3B e 3C, os dois primeiros não revelam qualquer ocorrência patrimonial no seu traçado. Já o Troço 3C revela duas ocorrências no seu interior (AID), ou envolvente próxima (All), pelo que os Troços 3A e 3B são preferenciais no que se refere ao descritor património.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1988) *Roman Portugal*, Vol. II, fasc. I, Warminster, Aries & Phillips.

ALARCÃO, J. (1988), *O domínio romano em Portugal*, 2ª ed., Pub. Europa-América, Lisboa.

ALBUQUERQUE, José (1962) *Origens de Lamego. Época romana*, Porto

ALMEIDA, C. (1980) “O Templo do Mozinho e o seu conjunto”, *Portugália* n. s. 1, Porto

ALMEIDA, C. A. F. (1968), *Vias medievais. Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de licenciatura em História. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (ed. policopiada), Porto

ARAÚJO, J. (2000) *Perosinho: apontamentos para a sua monographia*, 3a ed.. – Porto

BARROCA, M. (1987), *Necrópoles e sepulturas medievais Entre-Douro-e-Minho (sécs. V a XV)*, Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, apresentada à FLUP.

BRANDÃO, Domingos (1960) “Monumento sepulcral em forma de ara com inscrição latina de Santa Marinha do Zêzere (Baião)” *Revista de Guimarães* 70 3-4, Guimarães

CEPÊDA, A. (1978) *Simão Rodrigues Ferreira: notável penafidense do século XIX: precursor dos estudos arqueológicos no concelho de Penafiel*

COSTA, M. Gonçalves da (1977), *História Eclesiástica do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, Lamego.

COSTA, M. Gonçalves da (1979), *História Eclesiástica do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. II, Lamego.

COSTA, M. Gonçalves da (1982), *História Eclesiástica do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. III, Lamego.

COSTA, M. Gonçalves da (1984), *História Eclesiástica do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. IV, Lamego.

COSTA, M. Gonçalves da (1986), *História Eclesiástica do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. V, Lamego.

COSTA, M. Gonçalves da (1992), *História Eclesiástica do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. VI, Lamego.

CRUZ, Domingos (1983) “Escavação da mamoa 1 da Chã de Carvalhal” *Arqueologia* 7, Porto

DIAS, Lino (1980) *Área arqueológica do Freixo, Marco de Canavezes. Escavações de 1980* Câmara Municipal de Marco de Canavezes, Porto

DIAS, Lino (1997) *Tongobriga*. Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa

ENCARNAÇÃO, J. (1975), *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa

- HIPÓLITO, M.** (1961), "Dos tesouros de moedas romanas de Portugal", *Conimbriga* 2-3, pp. 1-166.
- IPPAR** (1993) *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado. Inventário*, Lisboa
- JORGE, Susana** (1988) *O povoado da Bouça do Frade (Baião)*, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto
- JORGE, Susana** (1980) "A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião" *Portugália*, n.s 1. Porto
- JORGE, Susana; et alii** (1980) "Novas fossas abertas no saibro da área da Serra da Aboboreira (concelhos de Baião e Marco de Canaveses)", *Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto* 5, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto
- JORGE, Susana; GONÇALVES Huet e JORGE, Vítor** (1978) "Fossas abertas no saibro, do concelho de Baião I. Bouça do Frade e Tapado da Caldeira" *Trabalhos do Instituto de Antropologia "Dr. Mendes Correa"* 34, Porto.
- JORGE, V.** (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto – os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Porto, Fac. Letras, diss. de doutoramento 2 vls.
- LANHAS, F; D. BRANDÃO** (1965), "Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico" *Revista de Etnografia*. 6, vol. 2, Porto.
- LEAL, A.** (1987-88) " O megalitismo no concelho de Penafiel", *Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série 3-4, Penafiel.
- MANTAS, V.** (1996) *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Policopiado.
- PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE LAMEGO**, Câmara Municipal de Lamego
- RUSSELL CORTEZ,:** (1951) "As escavações arqueológicas do castellum da Fonte do Milho. Contributo para a demografia duriense" *Anais do Instituto do Vinho do Porto* 12:1, Porto.
- SILVA, A. & GOMES, M.**(1992), *Proto-história de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.
- SILVA, A.** (1986), *A cultura castreja*, Paços de Ferreira.
- SILVA, Eduardo, CORREIA, Alexandre & MEDEIROS, Idalina**, (1997) Carta Arqueológica do Concelho de Resende, 1ª Fase, edição Câmara Municipal de Resende.
- SOEIRO, T.** (1982), "Monte Mozinho: cerâmica cinzenta fina", *Portugália* n. s. 2-3, Porto
- STOCKLER, C.** (2000) "Reflexões sobre a ocupação humana no Douro Litoral - do Neolítico Inicial ao Bronze Inicial", *Al-madan - Um século de arqueologia em Vila Nova de Gaia*, II série, 8, Almada.
- TRANOY, A.** (1977), *La Galice romaine*, Paris
- VASCONCELLOS, J.** (1922), "Três inscrições", *O Arqueólogo Português*, 1ª série: 25, Lisboa.

VASCONCELLOS, José (1908) “Materiais para o inventário arqueológico do concelho de Baião” *Portugália* 2, Porto

VAZ, J. (1997) *A civitas de Viseu – espaço e sociedade*, História local e regional 2, Comissão Coordenadora da Região Centro

VV. AA (1953) Extensão cultural do Museu Etnológico - Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia O Arqueólogo Português Nova série: 2, Lisboa

CARTOGRAFIA

IGE Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 126, Instituto Geográfico do Exército.

IGE Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 127, Instituto Geográfico do Exército.

IGE Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 137, Instituto Geográfico do Exército.

IGE Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha 138, Instituto Geográfico do Exército.

BASES DE DADOS

IGESPAR - Instituto Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, <http://www.igespar.pt/>

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, <http://www.monumentos.pt/>